

AÇÃO AFIRMATIVA

Um direito, não um favor!

Séculos escravagistas ainda separam a população negra de acessos ao poder e a educação pública brasileira. Assim, as cotas raciais se fazem fundamentais para reparar essa dívida histórica

Suewelyn Cassimiro



Professora Dione Moura teve papel importante na criação das cotas raciais

Arquivo pessoal



Professor Inocêncio: "Promove mais justiça social no país"

» EDUARDO FERNANDES

Criar oportunidades e reparar uma dívida histórica. Mais do que isso, denunciar a ausência do Estado e mostrar como transformaram a cor da pele em um fator determinante para a exclusão social. Hoje, a política de cotas raciais aparece como uma ponte necessária para aqueles que necessitam entrar em uma universidade, comprovando sua eficácia ao combater o racismo estrutural e

reescrever a história de acesso aos espaços de poder no Brasil. Desafiar séculos de trabalho escravo não é uma tarefa fácil, sobretudo em uma sociedade que fecha os olhos para um assunto tão importante.

A implementação das políticas de cotas raciais no Brasil, que começou no início dos anos 2000 e virou Lei em 2012, é justificada pela reparação histórica e social frente aos danos causados por anos de sofrimento escravagista. Em 2023, a legislação foi aperfeiçoada, com

ampliação ao acesso ao ensino superior. Hoje, todas as instituições federais de ensino superior reservam vagas de cotas para pretos, pardos e quilombolas.

As primeiras iniciativas de cotas surgiram a nível estadual e, depois, em instituições isoladas. Em 2001, o Rio de Janeiro aprovou a lei que instituiu o sistema de cotas para estudantes autodeclarados negros ou pardos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e a Universidade Estadual do Norte

Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf). No ano seguinte, a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) também foi responsável por adotar o sistema de cotas raciais.

Em seguida, a UnB veio para ser a primeira federal a implementar tais políticas, que nasceram a partir do vestibular de 2003. Para a atual reitora, Suzane Naves, as cotas raciais são cruciais para ampliar o acesso à educação superior e enfrentar desigualdades estruturais que persistem no Brasil.

"Trata-se de um instrumento de inclusão que produz resultados concretos para a sociedade. A experiência da Universidade de Brasília, como pioneira no sistema de cotas, confirma isso: ao longo dos anos, vimos um impacto real na diversidade e na representatividade do nosso corpo discente. Esse avanço mostra que as cotas são essenciais para fortalecer a universidade pública e para promover mais justiça social no país", destaca.